

BRUNELLI, Anna Flora; MUSSALIN, Fernanda; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (orgs.). *Língua, Texto, Sujeito e (Inter)Discurso*. São Carlos, SP, 2013, p. 206-225. [Homenagem a Sírio Possenti]

Em rede, em busca

ao mestre, pela simplicidade que vive e partilha

Na sua ruptura, na sua repetição, o presente é um golpe de sorte (um lançar de dados). Não que forme parte de um jogo no interior do qual se introduza algo de contingência, um grau de incerteza. É, à vez, o azar do jogo e o próprio jogo como azar; de uma só vez lançam-se tanto os dados como as regras.

Michel Foucault, *Theatrum philosophicum*.

Antes e alhures: uma breve introdução

Em novembro de 2008 instituía-se o Centro de Pesquisa Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise, o FEsTA, que reuniu desde sua fundação pesquisadores de diferentes níveis e de diversas instituições, como consequência de uma experiência coletiva que vinha se estabelecendo em torno dos trabalhos de alunos, ex-alunos e colegas de Sírio Possenti, e também de uma nova proposta estatutária do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, na Unicamp.

Em linhas gerais, a proposta consiste na criação de núcleos formados “por iniciativa única e soberana dos pesquisadores que julgarem interessante a forma proposta de associação e organização” e “seu caráter de associação voluntária, autônoma e determinada para o desenvolvimento de certas pesquisas deve prevalecer sempre contra qualquer injunção de ordem burocrática” (<http://www.iel.unicamp.br/pesquisa/centros.php>, último acesso janeiro/2011). Essa orientação institucional logo encontrou eco no grupo que vinha se reunindo em seminários sobre as pesquisas em curso

(mestrando e doutorando sobretudo, mas também trabalhos de outros âmbitos da pesquisa acadêmica), e também propondo mesas e simpósios em encontros variados, além da permanente troca por meio de um e-group, que aos poucos constituía um banco de dados de interesse comum e inspirava leituras coletivas, numa busca por qualificar as discussões epistemológicas e garantir rigor nas análises dos objetos que se delineavam nas pesquisas.

Essas práticas, não tão sistemáticas, ganharam novos contornos com a possibilidade de oficializar um espaço que, da ordem da institucionalidade, condicionava procedimentos mas, ao mesmo tempo, acolhia diferentes formas de trabalho. Assim, parecia abrigar bem o funcionamento desse grupo, em boa medida pautado por “questões de fronteira” e por uma certa atitude diante delas; atitude que pode ser descrita pelas palavras de Possenti em sua Nota Prévia à edição do livro *Os limites do discurso*, de 2002:

Classifico o que se lerá entre textos sobre teoria e análise do discurso, embora praticantes da disciplina concluam que se trata de outra coisa, talvez de pragmática. Certamente, no entanto, os pragmaticistas não me considerariam um par (é só ver as bibliografias). Confesso que me sinto bem não tendo um lugar óbvio, não pertencendo a nenhuma tribo. Gosto de imaginar que erro sozinho, embora isso seja provavelmente falso. É que, dessas idéias interessantes que circulam por aí (que considero instigantes, embora não concorde integralmente com elas), impressionou-me uma afirmação de Barthes que costumo parafrasear assim: o fascismo não consiste em proibir de dizer, mas em obrigar a dizer (p. 10)

Assim, assumindo margens amplas, o FEsTA se organizou numa interinstitucionalidade¹ cuja coesão é dada pelo interesse comum em *fórmulas e estereótipos*, nestes termos:

Convivemos com clichês, fórmulas e estereótipos. Em alguns casos, trata-se mais de elementos da língua(gem). Em outros, trata-se de construtos histórico-sociais – pensam-se frequentemente os grupos humanos por meio de estereótipos, o que frequentemente condiciona discursos na política, na

¹ Reúne, hoje, pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, da PUC de Campinas, da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, da Universidade Estadual de Maringá –

literatura, na publicidade, na escola, ao mesmo tempo em que é nesses lugares que eles surgem e se mantêm. As fórmulas circulam muito mais do que se imagina, talvez. E numerosos discursos se fundam em estereótipos.

Mas não só os discursos atuais estão cheio de fórmulas – clichês, slogans, provérbios, lugares comuns. Desde sempre, “frases” foram separadas de seus contextos ou co-textos e proferidas isoladamente, como se fossem enunciados acima e fora dos textos comuns – sejam esses textos literários, religiosos, políticos, científicos, filosóficos.

O fenômeno sempre ocorreu, mas talvez se tenha intensificado no mundo contemporâneo. A mídia é talvez seu principal veículo: manchetes, “olhos”, frases da semana... O que Maingueneau chamou destacabilidade, e seu correlato, a enunciação aforizante, é um fenômeno discursivo que será considerado de forma particular.

A relação entre língua, ideologia e sociedade é frequentemente de mão dupla/tripla. Um estereótipo social pode ser crucial para um texto, um texto pode seguir ou ser uma fórmula.

Assim, estamos convictos de que nos dedicaremos a um tema múltiplo, por um lado, e extremamente significativo, por outro.

(texto da Proposta de Centro de Pesquisa, sob coordenação dos Profs. Drs. Sírio Possenti e Tânia Maria Alkmin; a versão integral está disponível em www.iel.unicamp.br/pesquisa/arquivos/FEsTA.pdf, último acesso fev. de 2011).

Trata-se do reconhecimento de um território a ser explorado em suas engrenagens de contiguidade e também em suas descontinuidades, considerando memórias, transformações, rupturas. Trata-se fundamentalmente de estudar, da perspectiva discursiva, práticas sociais que engendram modelos, padrões, estandardizações... modos de dizer que estão sempre ligados a modos de ser.

Uma primeira experiência coletiva dessas reflexões, que em muito contribuiu para firmar um grupo de trabalho, foi o conjunto de pesquisas que resultou na publicação *Ethos discursivo* (Contexto, 2008), um ensaio para o que viria, conforme se pode depreender nesta passagem da Apresentação:

Como se verá, as partes oferecidas são recortes (de certo modo) temáticos, que nos pareceram úteis na medida em que anunciam territórios de pesquisa. Essa partição se deve ao fato de esta publicação ter começado a existir nas

discussões do grupo Questões de Teoria e Análise em Análise do Discurso – QTAAD/CNPq, sediado no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/Unicamp, do qual participam muitos dos autores aqui reunidos. Assim, partindo de um artigo teórico de Dominique Maingueneau, os outros textos foram agrupados em diferentes seções, nas quais os leitores encontrarão análises sobre arte, política, religião, auto-ajuda, sexualidade, humor, imprensa e ciência. Mas os artigos aqui reunidos não procuram esclarecer tais recortes ou delimitar os territórios que anunciam: nasceram antes desta organização e voltam-se sobre diferentes tipos de dado, abordando-os da perspectiva do ethos. Frequentemente, de um território a outro, as análises farão parecer movediça essa divisão "temática". Assim é. A Análise do Discurso trata sobretudo de fronteiras. Então, se cada um dos artigos vale por si, como unidade coerente de um estudo específico, a leitura do conjunto certamente dará a ver uma epistemologia em construção (Motta; Salgado, 2008: s/p).

Quanto aos traços da perspectiva discursiva que dá norte a essa reunião de trabalhos, têm muito a ver com leituras constantemente partilhadas das propostas teóricas de Dominique Maingueneau, sobretudo com a multiplicação de objetos discursivos que tais propostas pretendem abranger. Mas, justamente por isso, o grupo frequentemente revisita o cânone da Análise do Discurso e também se lança a campos vizinhos, a temas transversais, a interdisciplinaridades, conforme os objetos postos em foco demandem levar as teorias ao limite ou a refazerem seus limites.

É isso que nos tem demandado o estudo de enunciados curtos, nas suas condições de produção e suas formas de circulação, e de estereótipos, nas relações entre imaginários e práticas que os sustentam. A hipótese, como se viu acima, é que há algo de novo – ou renovado – no modo como se criam e difundem dizeres sintéticos e imagens cristalizadas. Sabemos que é longa já a tradição de estudos dos provérbios, por exemplo, mas há, agora, as listas de provérbios alterados, que circulam em variados suportes; também não é nada desprezível a produção teórica que já existe em torno dos slogans, mas há, agora, um conjunto de novas mídias que de muitos modos ressignificam o que se põe como palavra de ordem – haja vista a força ainda mal compreendida das chamadas *mídias sociais*. Os percursos desses dizeres fazem parte dos sentidos que se produzem a cada uma de suas atualizações, e se não há novidade nisso, parece plausível supor que há um interesse renovado

pelo fato de tais percursos se darem, agora, também em meios eletrônicos e digitais, constituindo comunidades discursivas virtuais etc., que não são um mundo à parte, mas parte do mundo construído por polêmicas regradas, umas mais formalmente explicitadas que outras, diga-se.

Essas novas materialidades põem problemas novos ao lado de velhas questões, caso emblemático são as noções de autoria e leitura que, nesta altura, no Brasil, estão em tela nos debates sobre a revisão da Lei de Direitos Autorais, em que se instaurou uma oposição entre "direitos do criador" e "democratização do acesso ao bem cultural".

Sem me estender nesse caso, menciono as questões relativas à mediação cultural, inevitáveis nesse confronto: os "direitos do criador" estão preservados também da eventual exploração de mediadores como a indústria fonográfica, os produtores culturais ou os editores corporativos, por exemplo? Em que medida a "democratização do acesso ao bem cultural" viola a "criação"? "Criar", afinal, o que é? Em que medida a circulação do "bem cultural" está ligada à "criação" e ao "acesso"? Será possível separar claramente "criação" e "acesso" na constituição de um "bem cultural"?

Para o momento, registre-se apenas que é possível ver como as posições definidas nesse debate se apóiam em certos estereótipos; às vezes heranças longínquas, como a noção romântica de autor, às vezes construções mais recentes, como a cooptação sistemática característica do atual funcionamento capitalista, que muito prontamente rotula de *cult* o que se punha em circulação como *marginal*.

Uma pedra fundamental: o estudo de fórmulas discursivas

Com base nesse breve registro das trilhas que levaram à instituição do Centro de Pesquisa, podemos dizer que o FEsTA tem se dedicado, entre outras atividades decorrentes, a estudar desdobramentos da análise do discurso de tradição francesa, concentrando suas análises na relação de imagens (charges, quadrinhos, construções verbais estereotípicas etc.) e textos curtos (provérbios, adivinhas, piadas, aforismos, clichês, idiomatismos, manchetes etc.) com a exterioridade linguística.

É o caso da noção de *fórmula* proposta pela pesquisadora Alice Krieg-Planque², cujos trabalhos, a partir de teorias do campo da comunicação social, voltam-se para a análise do discurso com vistas a estudar a circulação de discursos políticos nas suas relações com os expedientes midiáticos; para usar termos de Krieg-Planque, suas relações com o *espaço público* e, portanto, com os processos de *publicização*.

Na tradução brasileira de seu trabalho “A noção de ‘fórmula’ em análise do discurso – quadro teórico e metodológico”, primeira publicação oficial do FESTA, levada a público pela editora Parábola, lemos a esse respeito:

Definido como mais ou menos fragmentado e como mais ou menos conflituoso, o espaço público não existe independentemente do princípio de publicidade, por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões: “O ‘espaço público’, num sentido amplo, é o quadro ‘midiático’ graças ao qual o dispositivo institucional e tecnológico próprio às sociedades pós-industriais é capaz de apresentar a um público os múltiplos aspectos da vida social” (Ferry, 1991: 20). O espaço público é configurado pelos procedimentos de publicização que tornam possível o estado político, sociológico e técnico de uma determinada sociedade (Krieg-Planque, 2010: 114-15).

Consideremos, ainda, que as disputas constitutivas do espaço público vêm assumindo também novas formas de ocupação, que, embora não tenham destituído poderes midiáticos há muito estabelecidos, prenunciam novos arranjos de poder, sobretudo porque, nas novas mídias eletrônicas e digitais, em vez de uns poucos falarem a todos os outros, muitos falam a muitos, numa nova correlação de forças (cf. Castells). Sobre isso, Krieg-Planque sublinha:

² Leitura sugerida ao grupo pelo trabalho da pesquisadora Fabiana Miqueletti, mais especificamente por seus achados durante a pesquisa de doutoramento intitulada “Discursividades contemporâneas sobre política: o discurso sobre a mutação da política” (IEL, Unicamp, 2009), em que “considerando um corpus constituído de enunciados, articulados em torno de uma opinião comum, e enunciada de maneiras diversas, segundo a qual a política está se transformando em outra coisa, ou tomando outras formas, interessamo-nos pela circulação de significantes formalmente heterogêneos (sintagmas nominais e frases sentenciosas) que são um “referente social” (Krieg-Planque, 2003), isto é, condensam neles um conjunto de formulações que remetem às teses filosóficas do declínio e do fim da política. (...)” (disponível em <http://cutter.unicamp.br>, último acesso fev/2011).

Desde os anos 1950-1960, nas sociedades democráticas europeias, o princípio de publicização por muito tempo foi garantido principalmente por meio das grandes mídias – imprensa, rádio e televisão: estes são os principais meios pelos quais os atores acedem ao espaço público. Com isso, não queremos dizer que essas mídias são todo o espaço público. Principalmente, está claro que não são o lugar do discurso de deliberação (que se dá preferencialmente em assembleias restritas, em reuniões improvisadas, em conversações telefônicas, em lugares privados reservados às redes de sociabilidade, nos corredores...). Além disso, é incontestável que o desenvolvimento dos canais eletrônicos de comunicação conduz essas grandes mídias a uma marginalização lenta, mas inegável. Nós queremos simplesmente dizer que essas mídias foram e serão ainda, por algum tempo, o lugar central do compartilhamento das opiniões e das decisões: elas são o lugar ao qual se deve chegar, de uma maneira ou de outra, para dar maior publicização possível a uma fala ou a um conteúdo de fala (2010: 115).

Assim é que a autora, no quadro dos estudos discursivos, investiga finamente a circulação do que chama de *fórmulas*; sendo, aliás, a própria circulação uma condição *sine qua non* da noção que propõe: uma fórmula é uma sequência linguística cristalizada no curso de suas retomadas, sendo esse curso sempre um caminho de construção dos sentidos e também uma disputa pelos sentidos construídos. Revisitando farta literatura, Krieg-Planque propõe quatro características definidoras da fórmula, sucintamente: tem um caráter cristalizado; inscreve-se numa dimensão discursiva; funciona como um referente social; comporta um aspecto polêmico (2010: 61).

Quanto ao caráter cristalizado, podemos dizer que se trata de uma certa estabilidade de um significante (palavras, frases etc.), cujos rastros se podem seguir. Ainda que haja variações, é como se as variantes compusessem um “campo magnético”, um lineamento que tende a convergir para um “núcleo” – possivelmente a versão mais recorrente da fórmula ou, digamos, a mais cristalizada.

No que tange à dimensão discursiva em que toda fórmula se inscreve, trata-se de entender que o fato de uma sequência se definir como materialidade estável e linguisticamente descritível não é suficiente para constituir uma fórmula. Embora a formulação material seja imprescindível para sua identificação, são seus usos na atividade

linguageira, que é socialmente demarcada, historicamente demarcada, que lhe garantem o caráter formulaico.

Isso se liga diretamente a seu funcionamento como referente social, isto é, ao fato de uma dada sequência material se tornar, num dado momento, numa certa comunidade, uma passagem obrigatória dos discursos. Há um aspecto de notoriedade em toda fórmula; ela é, necessariamente, um signo conhecido de todos num dado período, e todos são chamados a assumir alguma posição em relação ao que está condensado no material linguístico que sintetiza usos, retomadas.

Daí advém seu aspecto polêmico. Sendo uma passagem obrigatória no espaço público, toda fórmula exige dos sujeitos enunciadores que, enunciado-as, estejam favoráveis ou contrários aos caminhos que cristalizam a sequência, ou mesmo que problematizem ou refaçam esses caminhos, mas sempre se posicionando em relação a eles, ou seja, sempre assumindo um lugar que se produz, na rede interdiscursiva, em relação a outros lugares.

E é importante assinalar que se trata de uma categoria que supõe graduação, isto é, uma fórmula se constitui sempre no encontro dessas condicionantes, mas a força restritiva de cada uma delas varia:

A categoria “fórmula” é, desse ponto de vista, uma “categoria fluida”, ou seja, gradual, de tipo weberiano, e não uma “categoria de limites francos e nítidos”, de tipo aristotélico, para retomar os termos de Alban Bouvier (1996: 203). Digamos o óbvio: para que uma sequência possa ser caracterizada como fórmula, é preciso que ela atenda às quatro propriedades da fórmula. Mas, de um lado, essas quatro propriedades podem estar presentes de modo desigual (por exemplo, “cristalização” forte, mas “caráter polêmico” fraco); e, de outro lado, cada propriedade é mais ou menos bem preenchida. As propriedades de que falamos só são de fato verificáveis em *continuuns*, e não são mensuráveis em termos de presença ou ausência (Krieg-Planque, 2010: 111).

Krieg-Planque estuda com especial atenção a fórmula “purificação étnica” (ou “limpeza étnica”, ou “depuração étnica”), compilando duas décadas de circulação dessa sequência em jornais franceses que noticiavam a guerra nos Bálcãs (cf. Krieg-Planque, 2003). E parece particularmente interessante notar que essa categoria discursiva permite estudar não só a emergência de uma fórmula propriamente, mas, em

seus percursos, as regras que condicionam os sentidos que se produzem, logo, não só o que é controlado, mas também o que escapa, deriva, transforma-se.

Isso permite observar, entre outras coisas, que os consensos se instituem na administração de dissensos e, então, que os campos, pensados em termos discursivos, são heterogêneos e, ainda assim, delimitáveis; que a condição de campo abriga, no conjunto de restrições que lhe dá identidade, posições variadas, diferentes formações discursivas. Em discussão recente sobre as possibilidades de entender o humor como campo, Possenti (2010a) aponta para essa problemática:

Todos os campos são internamente heterogêneos. Sabemos que não há unanimidade no interior do campo científico (a ciência só é exata até o vestibular): confrontam-se tanto as diversas teorias quanto as diversas políticas (bolsas, prazos, políticas de publicação, tópico que provoca outra questão, tratada diversamente por biólogos e linguistas, por exemplo: quantos podem legitimamente assinar um *paper*?). Idem no campo filosófico, com suas diversas escolas. O mesmo ocorre no campo literário, com as tendências que vão e voltam. Mas, apesar da heterogeneidade, há procedimentos relativamente claros, embora instáveis, que caracterizam cada campo. Por exemplo, o campo literário se configurou no decorrer da história de formas específicas no que diz respeito à edição, à circulação, à escolarização, à crítica, à demanda por leitores, à consagração do autor. Por mais que se possa verificar que as formas são múltiplas, elas não se confundem com as de campos como o filosófico ou o científico ou o religioso. Assim, é possível traçar de alguma forma seus limites, e não confundi-lo, para lembrar de outro, com o jornalístico. É bastante claro, repetindo, que um jornalista não escreve, não publica e não é lido como um contista (p. 173).

Com base nisso, atestamos, por exemplo, que fórmulas podem passar de um campo a outro, como nos mostra o autor em seu artigo “Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas” (2010b), onde observa que “há um texto sob o texto”, e que se trata de uma fórmula, de uma “nova ‘fórmula’” que, “calcada na primeira [a da ladainha católica], produz efeitos específicos, em parte diferentes, pela passagem de um campo a outro – do religioso ao esportivo – sem perda, no entanto, de seu valor de súplica” (2010b: 25).

Se pensamos em termos de práticas discursivas – que, condicionadas e condicionantes, configuram os modos de gestão do interdiscurso característicos de uma dada comunidade – vemos que

Os campos se organizam de maneiras diferentes: os filósofos não atuam como os cientistas, que não atuam como os escritores. Também o percurso típico de formação dos membros de cada campo é diferente. Mesmo no interior de um campo pode haver diferenças relevantes: um poeta não atua como um romancista, um lógico não funciona como um historiador da filosofia, nem como um de ética. Um fonólogo faz caminhos diferentes dos de um analista do discurso, cujos procedimentos não são idênticos aos de um sociolinguista. A relação de cada um desses grupos com a bibliografia, por exemplo, é completamente diferente. Não é à toa que existem associações – de físicos, de químicos, de linguistas, de escritores... Eventualmente, um sujeito é obrigado a ser membro da associação de “classe” para poder atuar (para participar de congressos, por exemplo). Conforme o campo, exatamente: isto é, alguns o exigem; outros, não.

Um dos traços mais característicos diz respeito à circulação dos discursos que se produzem no interior de cada campo. Quem lê física, biologia, filosofia, literatura? Em que gêneros estes campos organizam seus discursos? Por quais espaços eles circulam? Onde se encontram as revistas e os livros (hoje, os sites) nos quais se podem ler textos (alguns deles) de cada um dos campos? (Possenti, 2010a: 172).

Nessa direção é que Krieg-Planque organiza a noção de *fórmula*, definindo a comunicação como “um conjunto de habilidades relativas à antecipação das práticas de retomada, de transformação e de reformulação dos enunciados e de seus conteúdos” (2010: 14), e supondo, com isso, que a análise do discurso deve ser uma das disciplinas basilares nos estudos que localizam uma sequência cristalizada em seu percurso de cristalização.

Em um artigo sobre “uma frase escandalosa” proferida por um político, amplamente comentada na grande mídia³, Possenti constata que

Fórmulas circulam muito mais do que se imagina (eventualmente se tornam quase autônomas...), e numerosos discursos se fundam em estereótipos. Além de funcionarem por meio de fórmulas (nenhum sujeito, exceto o profissional, leva em conta a totalidade de um texto e muito menos a relação

³ Trata-se da declaração “estou me lixando para a opinião pública”, proferida pelo deputado Sérgio Moraes, do PTB do Rio Grande do Sul, que, até então pouco conhecido, tornou-se celebridade nacional naquela altura (maio de 2009).

entre o texto completo e a conjuntura em que apareceu), estas são, para o analista, um caminho, uma forma de acesso ao discurso (2011: s/p).

Em sua análise, opera com a noção de acontecimento discursivo, que entende ser

crucial para a AD, por duas razões fundamentais: a) permite estabelecer de maneira relativamente precisa as relações entre acontecimentos históricos e acontecimentos discursivos; b) permite selecionar corpus também levando em conta sua relevância histórica, tanto para os discursos quanto para a história propriamente dita (2011: s/p).

E, com base nas propostas de Krieg-Planque, avalia que

A frase é notável no contexto restrito, porque o deputado falava à imprensa depois de antecipar de alguma forma seu parecer sobre o processo que relataria no Conselho de Ética sobre as patranhas de um colega, um deputado que ficou famoso pelo castelo caro e de mau gosto que construiu no interior de Minas Gerais, e que não constara em suas declarações de bens à Receita. Também é notável no contexto mais amplo, porque o Congresso Nacional estava na berlinda desde a eleição das mesas diretoras, em fevereiro do mesmo ano, data a partir da qual se acumularam informações sobre os usos nada públicos das verbas das Casas Legislativas (especialmente do Senado). A frase não deixa de ser notável também no contexto amplíssimo, por assim dizer, já que dos políticos se desconfia desde sempre. É por ocupar um lugar especial em relação a este pano de fundo variado que ela teve enorme repercussão. Pode-se dizer que se trata de um acontecimento discursivo (2011: s/p).

Com essas considerações, lança, então, as questões que são base para o entendimento da circulação de sequências cristalizadas, cujos percursos têm, também, uma história:

Mas por que foi esta a frase que pegou? Por que ela se transformou em um acontecimento discursivo? Por que, em menos de duas semanas, segundo o Google, cerca de trinta mil páginas repetem, comentam, criticam ou parodiam a frase? E por que exatamente ela, entre tantas que a imprensa destaca em suas publicações (frases do dia, frases da semana), ou mesmo se considerarmos as declarações do próprio deputado, que ultrapassaram este enunciado? (2011: s/p).

Provavelmente não se trata, nesse caso, de uma fórmula nos termos delimitados por Krieg-Planque, pelo fato de a "frase escandalosa" ter simplesmente desaparecido do espaço público e, por isso, não se ter

constituído como um referente social, isto é, como passagem obrigatória para posições as mais diversas. Como bem observa Possenti, nem mesmo o referido deputado permaneceu conhecido ou lembrado poucos meses depois.

O autor prossegue na análise, recorrendo a noções igualmente recentes, propostas por Dominique Maingueneau no quadro teórico que desde 1984 vem formulando: *destacabilidade* e *aforização*. Frisa, ao comentar certas propriedades desses textos curtos (destacados ou destacáveis, ou que se põem como aforismas⁴), um caminho de pesquisa voltado a “divulgar alguns aspectos estreitamente relacionados a uma tendência recente da análise do discurso (debruçar-se sobre fórmulas e, eventualmente, sobre seu percurso pelo interdiscurso)” (2011: s/p).

Um exemplo: o caso da fórmula “liberdade de expressão”

A seguir, com vistas a apresentar uma breve análise que caracteriza os trabalhos recentes do FEsTA, baseados nos aspectos teóricos mencionados acima, comento brevemente um exemplo, um acontecimento político que pode ser abordado com a observação de uma fórmula em circulação: “liberdade de expressão” (ou “liberdade de imprensa”, ou “liberdade de opinião”, como variantes).

Parto de um episódio entre vários que se deram contemporaneamente, episódio em que, nos termos de Krieg-Planque, “começa uma disseminação dos sentidos” da sequência “liberdade de expressão”: a vice-procuradora-geral eleitoral Dra. Sandra Cureau, em 09 de setembro de 2010, emite o ofício n. 335/10 – SC em que solicita ao diretor do semanário *Carta Capital*, no prazo de 5 dias, a “relação das publicidades do Governo Federal, nos anos de 2009 e 2010, os respectivo(s) contrato(s), bem como os valores recebidos a esse título”, levado a público em diversos periódicos. Uma rápida pesquisa na internet

⁴ Aqui remeto o leitor a dois volumes recentes em que D. Maingueneau desenvolve essas noções e outras, correlatas: *Cenas da enunciação* e *Doze conceitos em análise do discurso* (reunindo diversos tradutores, ambos foram produzidos diretamente em versão brasileira e organizados por Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti, com publicação pela Parábola Editorial em 2008 e 2010, respectivamente).

conduz a todos os portais filiados a grandes corporações da informação e a muitos blogs e sites, dentre eles, o da própria revista *Carta Capital*, em sua edição de 29 de setembro de 2010. Edição na qual o referido diretor reproduz a carta aberta com que, em 20 de setembro, respondeu formalmente à solicitação.

Mino Carta, diretor da publicação, registra dois problemas que vêm na solicitação da procuradora. O primeiro: o caráter de anonimato do denunciante (insustentável, segundo artigo 5º. da Constituição Brasileira de 1988) e que, segundo declaração da própria procuradora, pode ser defendido porque ela conhece a identidade de quem fez a denúncia, a saber, de que a revista estaria recebendo dinheiro do governo federal para fazer campanha por sua candidata no pleito em curso. O segundo: tendo a revista declarado publicamente, em diversos editoriais, desde o início da campanha, sua posição favorável à candidata governista, e havendo outras revistas que publicam volume maior de propagandas do governo federal e não necessariamente partilham dessa posição política, de que modo os contratos postos à disposição revelariam uma relação escusa, passível de penalização legal?

Por semanas, políticos, celebridades midiáticas e intelectuais foram chamados a se pronunciar sobre o episódio. A chave de entrada: fere-se aí a “liberdade de expressão”?

Um levantamento de notícias e comentários nos referidos portais e nos blogs enumerados pelos buscadores no período entre a solicitação da procuradora e a resposta do diretor da revista revela que é expressivo o número de ocorrências da sequência “liberdade de expressão” (ou “liberdade de imprensa” ou “liberdade de opinião”, em ordem decrescente de número de registros). E também revela o estabelecimento de relações deste com outros episódios, marcadamente com uma declaração do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, em 18 de setembro, num comício da candidata de seu partido, cujo recorte que circulou na televisão, na mídia impressa e na internet é “alguns jornais e revistas se comportam como se fossem um partido político”, declaração que faz eco ao que nos últimos anos vem sendo referido, principalmente na chamada blogosfera, como PIG – Partido da Imprensa Golpista. Aqui de certo cabem reflexões sobre o processo de siglação que se produziu desde 2005, a

partir de um escândalo de corrupção no governo federal que fez caírem ministros e assessores da gestão iniciada em 2003, quando foi eleito o candidato de um partido que até então, em nível federal, exercera forte oposição desde o início do chamado período de redemocratização do país.

Ocorre que, para além dessa conjuntura mais imediata, nos arquivos desses portais e desses blogs (neste caso, a própria criação de muitos deles, destinados a discutir a “liberdade de expressão”), diversos *links* remetem a outros debates e outros episódios, como as discussões sobre a revisão da Lei de Direitos Autorais, ou os conflitos ligados à regulamentação das rádios comunitárias, ou as divergências sobre a difusão da banda larga etc., e também a episódios como a demissão ou o afastamento de jornalistas na mídia eletrônica e na mídia impressa durante o período de campanha eleitoral.

No corpus que se obtém com esse recurso de busca em rede, e que certamente merece atenção mais minuciosa noutra ocasião, vê-se que a sequência “liberdade de expressão” tem uma história fortemente ligada ao texto da Constituição de 1988, no qual não aparece *ipsis litteris*, mas no entrecruzamento de diversos capítulos que tratam de alguma “liberdade” (não só o V – Da Comunicação Social, como às vezes se crê). Por exemplo:

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

(...)

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

(...)

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

(...)

Ou:

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I DA EDUCAÇÃO

(...)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- (...)

Ou figura como “a liberdade”, sem complemento:

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS
(...)
LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;
(...)

Ou:

CAPÍTULO VII
~~DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO~~
Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do
Idoso
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de
2010)

(...)

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

(...)

(fonte: <http://www.planalto.gov.br>, último acesso fev./2011)

Os dados coletados também apontam para diferentes períodos em que se intensifica a circulação da fórmula “liberdade de expressão” e suas

variantes. Por exemplo, quando se noticiavam, em meados de 2009, embates entre o presidente venezuelano Hugo Chávez e setores da mídia hostis a seu governo, ou na Argentina, entre o governo de Cristina Kirchner e setores da mídia corporativa. Por três a quatro meses, a frequência de retomada da fórmula se intensifica; é-se chamado, nos espaços públicos, a tratar do tema e tomar posição. Delineiam-se nessa ocasião pelo menos duas posições que, apresentadas muito esquematicamente, podem ser entendidas como: os que reivindicam a “liberdade de expressão” como o direito a não ter de submeter a produção midiática a qualquer controle social; e os que reivindicam que a sociedade deve se organizar para evitar o controle social por parte da mídia.

Essas posições podem ser encontradas em outros períodos de intensa circulação da fórmula, entre dezembro de 2009, quando houve a 1ª Conferência Nacional de Comunicação – Confecon⁵ e, logo a seguir, em março de 2010, por ocasião do 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, que reuniu, no recém-fundado Instituto Millenium⁶, os que se puseram como contrários às propostas da Confecon.

⁵ I Conferência Nacional de Comunicação teve como tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital” e foi realizada nos dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro de 2009 no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

“Presidida pelo Ministério das Comunicações com a colaboração direta da Secretaria Geral da Presidência e da Secretaria de Comunicação Social, “na Portaria 185, de 20 de abril de 2009, foram instituídos os órgãos do poder público e as instituições da sociedade civil que compõem a Comissão Organizadora, responsável por regular todos os aspectos da Conferência. Ela é composta por oito representantes do Executivo Federal, dezesseis representantes da sociedade civil, divididos entre entidades do movimento social (7) , organizações do setor privado-comercial (8) e mídia pública (1). Os trabalhos serão encaminhados por meio de três comissões internas: 1) Comissão de Logística; 2) Comissão de Metodologia e Sistematização; e 3) Comissão de Divulgação.

No dia 26 de maio de 2009, foi publicada a Portaria 315, que relaciona os nomes dos representantes de todas as entidades e órgãos do poder público que fazem parte da Comissão Organizadora. No dia 29 de maio, foi feita uma retificação por meio da Portaria 337, alterando a nomeação do Ministério da Justiça e indicando a deputada Luiza Erundina como titular da Câmara dos Deputados, junto com o deputado Paulo Bonhausen” (fonte: <http://proconferencia.org.br>, último acesso 12/10/10).

⁶ “O Instituto Millenium é uma organização sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária, que promove valores fundamentais para a prosperidade e o desenvolvimento humano da sociedade brasileira.

As atividades do Instituto Millenium visam atingir a base da pirâmide, despertando a consciência da maioria da população sobre a importância de se respeitar determinados valores para se ter um ambiente institucional adequado para que cada indivíduo possa desenvolver suas potencialidades, alocando os recursos de forma eficiente e sem desperdícios.

O Instituto Millenium se propõe a fazer a diferença, colaborando para formar a opinião pública com base em valores claros e nas melhores políticas públicas adotadas pelo mundo. É importante que o maior número de pessoas tenha o conhecimento e a compreensão necessários para assegurar que o governo se concentre e se torne maximamente eficiente em suas funções básicas, reconhecendo seus limites e não atendendo a interesses de grupos, gerando privilégios indevidos e injustos.

O Instituto Millenium, em dezembro de 2009, obteve a certificação de **Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip**, outorgada pelo Ministério da Justiça sob o número 08071.020869/2009-95.

Essa titularidade representa uma importante conquista, visto que passamos a ser reconhecidos

Enfim, seguindo retomadas do sintagma cristalizado “liberdade de expressão” (e de suas variações mais frequentes: “liberdade de imprensa” e “liberdade de opinião” e mesmo “liberdade” apenas), vemos tecer-se a malha interdiscursiva na qual se fundam as disputas pelos sentidos atribuídos a essa sequência.

Levemos em conta, ainda, sua condição de “criação” no campo político e “proliferação” no campo midiático. Sobre isso, Krieg-Planque lembra que

Não são poucas as vozes que consideram as mídias como responsáveis pela promoção, a amplificação, a circulação – leia-se a criação – de palavras do vocabulário dominante, expressões de sucesso, pequenas frases e fórmulas que tomam as pessoas (isto é, que fazem debater e falar). Essas vozes em geral se levantaram para sublinhar, como fez Bonnafous (1998: 45) por exemplo, a responsabilidade das mídias pela circulação, no espaço público, de palavras e fórmulas cujos efeitos são altamente simbólicos. Muito frequentemente, essas vozes se apoiam na suposição de um “aumento do poderio do poder midiático”⁷, como sublinha Gérard Leblanc por exemplo, e se aventuram a proclamar o advento de uma “midiocracia”, por meio da qual os poderes “não estão mais onde a lei e o tempo os instalaram” [François-Henri Virieu (1990: 10)], ou seja, nas assembleias, nos governos e nos tribunais, mas em novas mãos: mãos das mídias (2010: 117).

Mas, conforme sublinha a autora, se é inescapável considerar esses importantes agentes que fazem circular as fórmulas – o que, aliás, é condição definidora da fórmula –, é preciso considerar também que não são necessariamente os criadores das fórmulas, são fundamentalmente seus disseminadores:

Observando com precisão o modo como as fórmulas chegam às mídias, constata-se que chegam frequentemente pela periferia e impulsionadas por atores que não são os jornalistas. De fato, o trabalho de criação neológica, e também o trabalho de ontologização e o de referenciação, que são necessários para dar

oficialmente como uma entidade que defende interesses públicos e, principalmente, valores e princípios democráticos que pautam o desenvolvimento de nosso país.

A certificação de Oscip permite ao Instituto receber doações dedutíveis de Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas de até 2% sobre o lucro operacional, antes de computada a sua dedução, se optante pelo lucro real, nos termos e condições estabelecidos pelo inciso III do parágrafo 2º do art. 13 da Lei nº. 9.249/95, pela Medida Provisória nº. 2.158-35/01, bem como pelo Art. 365 do Decreto nº. 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda – RIR)” (fonte: <http://www.imil.org.br/institucional/quem-somos/>, último acesso 12/10/10).

⁷ Leblanc (1995: 65). Ver também pontos de vista similares em Pierre Bourdieu (1994); Patrick Champagne (1995); Serge Halimi (1997).

consistência a qualquer fórmula, não pertencem aos jornalistas propriamente: políticos e outros atores sociais também se dedicam a isso (2010: 118-19).

Assim entendida a gênese formulaica, faço algumas considerações finais sobre os dados coletados, ciente de que muito ainda se poderá dizer sobre eles.

Antes de mais nada, registre-se que a fórmula “liberdade de expressão” (e variantes) certamente não nasce na letra da Constituição de 1988, mas parece altamente relevante que, a partir de um episódio localizado em que se confrontam noções distintas de “liberdade de expressão” (refiro-me ao caso Cureau), haja um aumento expressivo das ocorrências da sequência, um aumento expressivo da produção textual que a comenta, produzindo não só uma proliferação de sentidos para a sequência, mas também uma memória discursiva: a Constituição de 1988 é o marco legal da redemocratização no país e, nela, as liberdades (de ir e vir, de expressão, de crença, entre outras) são especialmente tratadas.

Também parece relevante registrar que a circulação da fórmula, particularmente nos períodos (de semanas ou meses) em que se intensifica sua ocorrência, deixa entrever redes que se tecem enoveladas em outros temas. Por exemplo: nos meses seguintes ao episódio Cureau, o tema “descriminalização do aborto” ganhou destaque no espaço público com base numa declaração da candidata governista, que se dizia “favorável à descriminalização” e que foi retomada diversas vezes como “favorável ao aborto”. Isso fez o embate político migrar para o embate religioso, e todos os candidatos em campanha, seus assessores e, mais amplamente, todo eleitor supostamente bem informado foram chamados a tomar posição; parecia tratar-se de um pleito entre os que são a favor de “matar” e os que são a favor de “deixar viver”. Mais interessante, porém, é notar que os documentos que noticiam a polêmica pondo em relevo a importância da “vida” como um bem supremo, sobre o qual nenhuma vontade humana pode se impor, muito frequentemente se ligam a documentos que se põem como favoráveis à pena de morte. Caberia perguntar-nos, diante disso, quais os sentidos atribuídos a “vida” nessa rede discursiva.

Por fim, registre-se que esses momentos recentes de proliferação dos sentidos da fórmula “liberdade de expressão” (e variantes) coincidem com a inflação, no mesmo corpus, da ocorrência da palavra “democracia”, também reivindicada por formações discursivas distintas. Em linhas gerais, verifica-se, no arquivo constituído, que a mídia corporativa denuncia sistematicamente comportamentos “anti-democráticos” do atual governo federal, mas que o mesmo arquivo revela uma quantidade expressiva de críticas a esse governo, incluindo denúncias com fontes idôneas ou não e enfrentamentos institucionais capazes de obstaculizar votações no Congresso Nacional, de instaurar Comissões Parlamentares de Inquérito, de derrubar ministros, assessores e até mesmo promover campanhas de repúdio a decisões governamentais. Caberia perguntar-nos, então, sobre o quão anti-democrático pode ser um governo tão aberta e contundentemente criticado pela mídia corporativa; em que medida ela estaria sendo tolhida?

Como se vê, o estudo de fórmulas tal como o propõe Krieg-Planque é sobretudo um método de estudo da configuração de discursos na malha interdiscursiva, frequentemente na passagem de um campo a outro. Pode-se imaginar, diante disso, o quanto, ao lado dos esclarecimentos que proporcionam, é laboriosa a tradução das análises que faz, sempre de conjunturas francesas ou a elas ligadas. Em todo caso, no FEsTA assumimos o lugar de tradutores que são analistas do discurso, então, levamos em conta que

Tradução implica “negociação”, um conceito que expandiu seu domínio na última geração, indo além dos mundos do comércio e da diplomacia para referir-se ao intercâmbio de ideias e à consequente modificação de significados (Pym, 1993; Eco, 2003). A moral é que qualquer tradução deve ser considerada menos uma solução definitiva para um problema do que um caótico meio-termo, envolvendo perdas ou renúncias e deixando o caminho aberto para uma renegociação (Burke, 2009: 15).

Eis o jogo de forças convergentes e divergentes, a dinâmica de cercos e escapes, a permanente construção dos discursos, configurados conforme restrições que se definem entre injunções históricas, condicionamentos institucionais e manobras enunciativas, isto é, conforme

vão trabalhando os sujeitos, instituídos e instituintes nas comunidades discursivas a que dão vida e que, na mesma mão, lhes dão voz.

Referências bibliográficas

- BURKE, Peter. (2007) Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna. In: BURKE, Peter; PO-CHIA HSIA, R. **A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna**. Trad. Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet** – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza Borges, rev. técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémantis. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, pp. 15-22.
- FOUCAULT, Michel. (1972) Retornar à história. In: MOTA, Manoel Barros da (org.), **Michel Foucault – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 282-295. (Coleção Ditos e Escritos, II)
- KRIEG-PLANQUE, Alice. (2007) **A noção de "fórmula" em análise do discurso – quadro teórico e metodológico**. Trad. Salgado e Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.
- MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana Salazar (orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010a.
- _____. Corinthians, jogai por nós: fórmulas alteradas. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2010b.
- _____. Uma frase escandalosa: acontecimento, interdiscurso e éthos, 2011 (a sair).
- _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar, 2002.

Referências na internet

- Blog do Planalto** - <http://blog.planalto.gov.br/confecion>
Carta Capital - <http://www.cartacapital.com.br>
Instituto Milenium - <http://www.imil.org.br/>
Fórmulas e estereótipos: teoria e análise - FEsTA - www.iel.unicamp.br/pesquisa/
Observatório da Imprensa - <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>